

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v18i32.852>*A NARRATIVA E O SENTIDO NA ESCRITA HISTORIOGRÁFICA<sup>1</sup>**NARRATIVE AND MEANING IN HISTORIOGRAPHICAL WRITING**NARRATIVA Y SIGNIFICADO EN LA ESCRITURA HISTORIOGRÁFICA*

HERASMO BRAGA DE OLIVEIRA BRITO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0129-4015>

Doutor em Estudos da Linguagem pela UFRN

Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e do Programa  
de Pós-Graduação em Letras/UFPI

Teresina/Piauí/Brasil

[herasmobraga@yahoo.com.br](mailto:herasmobraga@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente texto tem como ensejo analisar questões referentes aos estudos da narrativa na história e ao sentido historiográfico na contemporaneidade. Atribui-se à ciência historiadora certo paradigma romântico da verdade e diluição dos limites entre narrativa historiográfica e ficcional, tendo o revisionismo como algo consolidado. Acrescentamos importantes elementos que não se podem perder de vista dentro dos estudos, interpretações e pesquisas historiográficas, tais como as referencialidades discursivas que pautam o argumento historiográfico e produzem sentido, como também as interpretações com plausibilidades, além da experiência do sujeito enquanto historiador que investiga, analisa e dialoga com documentos e fontes. Para essas abordagens utilizamos autores como Bodei (2001), Rancière (2014), Ricoeur (I, II, III, 2010).

**Palavras-chave:** Narrativa. Historiografia. Teoria da História. Sentido. Interpretação.

**Abstract:** The present text aims to analyze issues related to the study of narrative in history and to the historiographic meaning in contemporary times. Historian science is attributed a certain romantic paradigm of truth and dilution of the boundaries between the historiographical and fictional narrative, with revisionism as something consolidated. We add important elements that we cannot lose sight of within studies, interpretations and historiographic research, such as the discursive references that guide the historiographic argument and produce meaning, as well as interpretations with plausibilities beyond the subject's experience as a historian who investigates, analyzes and dialogues with documents and sources. For these approaches, we use authors such as Bodei (2001), Rancière (2014) and Ricoeur (I, II, III, 2010).

**Keywords:** Narrative. Historiography. Theory of History. Meaning. Interpretation.

**Resumen:** El presente texto tiene como objetivo analizar cuestiones relacionadas con el estudio de la narrativa en la historia y el significado historiográfico en la época contemporánea. A la ciencia historiadora se le atribuye un cierto paradigma romántico de la verdad y la dilución de los límites entre la narrativa historiográfica y ficcional con el revisionismo como algo consolidado. Agregamos elementos importantes que no se pueden perder de vista en los estudios, interpretaciones e investigaciones historiográficas como las referencias discursivas que orientan el argumento historiográfico y producen significados, así como interpretaciones con plausibilidades, además de la experiencia del sujeto como historiador que investiga, analiza y dialoga con documentos y fuentes.

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2021 e aprovado para publicação em junho de 2021.

**Outros Tempos**, vol. 18, n. 32, 2021, p. 26-40. ISSN: 1808-8031

Para estos enfoques se utilizaron autores como Bodei (2001), Rancière (2014), Ricoeur (I, II, III, 2010).

**Palabras clave:** Narrativa. Historiografía. Teoría de la Historia. Sentido. Interpretación.

## **Introdução**

Se tomarmos o sentido etimológico em um primeiro momento acerca da narrativa, observaremos que essa palavra advém de *gnarrari* e tem como sentido manifestação de conhecimento. Destarte, as narrativas, sejam elas ficcionais ou não, almejam essa destinação, todavia, ela só alcançará esse ponto se com ela associarmos sentido. Portanto, ao analisarmos a narrativa de produção histórica, devemos problematizar a questão do seu sentido. Reconhecemos a complexidade do debate, mas nos sentimos motivados de provocarmos, mesmo que minimamente, alguns aspectos na discussão relacionando à contemporaneidade.

## **Considerações gerais**

Remo Bodei (2001) apresenta em sua obra *A história tem um sentido?* o desafio de pensar o sentido da história. A provação nos produz reflexões diante de cenários contextuais contemporâneos de discursos de negatividade dos fatos, das pós-verdades e dos relativismos narrativos, que não conseguem se pautar em argumentos fundamentados com fontes verificáveis. Portanto, contribuir nessa reflexão sob alguns poucos pontos da escrita narrativa historiográfica, a partir do seu sentido e confiabilidade, é o propósito do nosso texto.

A princípio, destacamos que basta observar minimamente o mundo que nos cerca para perceber o quanto ficamos desprovidos de referências e, conseqüentemente, de sentidos. Instabilidades sempre existiram e fizeram parte do nosso cotidiano, da história e sua narrativa. No entanto, fomos conduzidos a pensar a história de uma maneira estável, através de uma forma parmenídica. Porém, ao se reconhecer o equívoco da pseudoestabilidade, alimentou-se equivocadamente a ideia de que a história fracassou, ao buscar através do passado compreender o presente e prever o futuro. Com isso, o pacto de confiabilidade da escrita historiográfica, com quem se buscava essa compreensão do mundo presente e futuro, foi quebrado e, na tentativa de se restabelecer a credibilidade da historiografia no mundo hodierno, a comprometemos ainda mais, através das posturas predominantes no campo em que deveria ser de embates/complementações/refutação de ideias e, no entanto, acaba sendo

de propagação de modos de pseudopensamentos advindos do irracionalismo e do relativismo teórico.

É importante pontuar a maneira como encaramos a conduta dita irracionalista, pois diferente do que alguns podem pensar, como contrário do racional, do lógico, entendemos por irracionalismo as ideias que são apresentadas e defendidas não com o uso e preparo de argumentos advindos da tradição de pensamentos, em que poderia até se situar numa outra perspectiva, mas sem, no entanto, desconsiderá-lo, ou seja, a posição irracionalista é assumida, propagada, sem tanto embasamento fundamental para a proposição de ideias, simplesmente é apresentada a condição de: “não é bem assim”; “é do jeito como penso”; “se não concorda comigo, então você é contra a mim”, como atesta Daniele Giglioli (2016) em *Crítica da vítima*. Entenda-se esse “contra mim” não na ótica do indivíduo em si, mas do sujeito representativo de algum segmento social que, durante o período histórico, teve seus direitos usurpados e acabou se tornando uma vítima social no mundo contemporâneo, em que é legítimo o seu direito de reivindicar ganhos sociais dados a outros, todavia, sem propagar um absolutismo teórico, sendo a única ação inteligente possível a que ele defende. Portanto, para o pensamento irracionalista, a sua base se encontra na crítica pela crítica, na postura de vitimização social e, conseqüentemente, do absolutismo teórico proveniente das idiossincrasias dos grupos dos sujeitos que defendem as suas demandas de maneira específica, com viés generalizado.

Já no Relativismo Teórico, a sua essência é marcada pela incoerência: “A minha defesa estará a cargo do que me favorece naquele momento”, i.e, estarei sendo guiado da maneira mais flexível possível pelas circunstâncias que sejam capazes de atender da melhor forma as demandas que possam me favorecer. Logo, “Se a situação mudar, aquela minha posição de antes também mudará, não por ter tido o reconhecimento pelo embate de ideias de que estive equivocado, mas, sobretudo, por não poder deixar de ser favorecido”. Diante dessas duas posturas, do irracionalismo e do relativismo teórico, não teria nenhum sentido evidenciá-las caso não estivessem tão presentes nas abordagens textuais de hoje. Os textos que são – por essas e outras questões, tais como o produto de beletrismos – recheados de digressões, com ausência de conteúdo da tradição de pensamento, são os que circulam. Esses textos, que podemos denominar de improdutivos, aferem não só grupos específicos, mas todo um conjunto e, principalmente, a confiabilidade do discurso narrativo histórico. Dessa forma, constituem-se duas maneiras de interpretação histórica comprometedoras, mas são as formas que têm ganhado espaços nas produções contemporâneas.

### A Narrativa e as limitações produtivas

Nas primeiras abordagens de Paul Ricoeur (2010), nas suas três obras que compõem *Tempo e narrativa*, o autor nos descreve que Aristóteles, no século V, já apresentava certas universalidades que não podemos negar. Algumas delas estão no fato de que nós somos sujeitos imitadores, ou seja, precisamos de modelos para nos constituir como sujeitos. Do mesmo modo, Ricoeur nos apresentou a ideia significativa de que o homem só existe pela narrativa. Sendo assim, só constituímos memória (individual e coletiva, voluntária ou involuntária), identidade(s) e historicidade(s) pela narrativa, até mesmo o tempo, o qual só pode ser mensurado, como destacou Santo Agostinho (1998) em suas *Confissões*, através da narrativa.

Sendo assim, sem o discurso narrativo não seríamos o que somos, o que pensamos e, menos ainda, teríamos passado. Não poderíamos contar nem mesmo com o presente, porque não nos atentaríamos para a passagem do tempo, mas mesmo sendo a narrativa tão vital para nós, indivíduos, ela ainda nos passa despercebida. Não desenvolvemos qualquer inquietação sobre ela. Aceitamos a maioria delas no nosso cotidiano – seja pelas nossas construções, nos dizeres dos outros, seja nos filmes ou livros, sem qualquer questionamento crítico-reflexivo dos seus efeitos em nós, enquanto indivíduos, e em nós, no campo coletivo.

Podemos afirmar, sem riscos totalizantes ou equívocos, que a narrativa nos forma. Ao acrescentarmos a ela a tradição de pensamento, chegamos sem nenhuma dificuldade à ideia de que, juntas, elas nos trazem dois pontos de orientação imprescindíveis para nossas ações: referência e experiência. Precisamos do auxílio das tradições através das suas narrativas para nos servir como bússola na nossa condução e constituição histórica. No mesmo sentido, através dessa junção é que ganhamos experiência, sem passar necessariamente por momentos históricos traumáticos, como as duas grandes guerras e o holocausto. Através das narrativas historiográficas desenvolvemos a referência e a experiência para a vida individual e social. Sem essa base estaríamos reféns dos apagamentos aniquiladores da vida individual e social.

Na obra de Ricoeur que aborda a questão da narrativa, mas por outro viés complementar aos presentes em *Tempo e narrativa* (2010), em *O si mesmo como outro* (2014, p. 42), temos a assertiva: “[...] é função da narrativa determinar o ‘quem da ação’”, esse quem da ação estará relacionado não só a quem produziu a narrativa, mas todos os agentes

envolvidos em torno dela, partindo da constituição dos fatos e os seus efeitos em quem o analisa e quem o interpreta. Na mesma empreitada dessa ideia, o autor ainda complementa mais adiante: “Dizer o que é uma ação é dizer porque ela é executada” (RICOEUR, 2014, p. 48), nesse por que reside o sentido, pois nenhuma narrativa estará alheia a ele, todavia, analisar essas constituições de sentidos voltadas para determinadas linhas de pensamento é nos inquietar para legitimidade discursiva da produção da atualidade. Os fatos são os mesmos para as diversas interpretações, no entanto, há limites plausíveis para essa multiplicidade interpretativa, como quando nos deparamos com trabalhos de maneira peremptória que concluem a inexistência do holocausto e do período ditatorial no Brasil, ou afirmam terem sido necessários, como no caso da ditadura que, segundo esses trabalhos, garantiu maior liberdade dos cidadãos brasileiros, em relação aos dias atuais; são nessas interpretações que residem as nossas preocupações devido às distorções interpretativas.

Umberto Eco (2001), em *Interpretação e superinterpretação*, nos adverte sobre a possibilidade, sim, finita de interpretação, pois, do contrário, não teríamos a menor chance do *crível* na análise. Portanto, a responsabilidade do historiador não está apenas na seleção do fato existente a ser narrado, mas na condução interpretativa desse fato.

### **As composições das narrativas e seus perfis**

As narrativas precisam de elementos que façam não só parte das suas composições – espaço, personagens (fictícios ou reais), tempo e a figura do narrador –, mas também que ofereçam credibilidade, consistência e nos permitam melhor avaliar, comparar, relacionar. No caso da narrativa ficcional, o apego à tradição, como mencionamos, ofereceu-nos a base para pensamentos, reflexões e construções narrativas e de análises críticas. Já na narrativa histórica, não seria apenas o apego ao fato histórico, como tradicionalmente pensamos desde quando Aristóteles em *A poética* diferenciava as narrativas, ao destacar que o poeta/ficcionista se alinhava ao que poderia acontecer, enquanto o historiador, ao que de fato aconteceu, pois só o fato em si não é o suficiente para oferecer a fidúcia necessária para a narrativa historiográfica.

Acrescenta Aristóteles, também, em referência a Heródoto, que a poesia busca tratar de temas universais, enquanto a História está voltada para acontecimentos únicos que de fato existiram. Com isso, observamos que a tarefa de elevar o *status* do discurso histórico estava em não construir uma universalidade do acontecimento através da narrativa, mas se

voltar para a interpretação, análise daquele fato único que poderia servir como base para o entendimento de aspectos do presente ao relacionar fatos passados em diferentes lugares.

Para essa questão, é interessante voltarmos mais uma vez para Aristóteles e também para Platão. Na obra mais conhecida deste, *A República*, no livro X, Platão (2020) destaca a expulsão dos poetas da República pelo justo motivo de eles faltarem com a verdade e propagarem a mentira, distanciando os homens do mundo ideal. Portanto, a mimese foi vista por Platão como algo que comprometeria os homens, tornando-os sujeitos desprovidos da verdade. Aristóteles, ao voltar a essa questão em *A poética* (1999), nos diz que a obrigação de representar a verdade não seria uma atribuição da mimese, vista no entendimento dos nossos dias como imitação, representação e cognição. A mimese não tem compromisso com a verdade no mundo real, mas sim, no mundo verossímil. E esse mundo, apesar de ter elementos do mundo real, não tem necessariamente nenhum compromisso como reflexo da realidade. O mundo verossímil nos cria a refração (desvio) desse mundo real.

Destarte, o apego da escrita interpretativa do historiador não está em dizer a verdade do mundo real, menos ainda do mundo verossímil, mas investigar e interpretar a real intenção do fato e seus desdobramentos factuais relacionados a ele. Assim, não se estabelece a construção e interpretação de uma verdade, mas a busca dialética da síntese do fato e dos seus desdobramentos, não partindo também da inocente neutralidade, mas da justa medida interpretativa da análise dialética.

É a partir desses pontos iniciais, da confiabilidade narrativa, que o historiador dever estar ciente. Consagrado por essas ideias, ele deve seguir para outro momento, que é o da escolha da relevância histórica, pois, como atribui Remo Bodei (2001, p. 15), “[...] é o critério de pertinência escolhido (e a atitude e a hierarquia das questões relevantes que o guiam) que determina a significatividade ou não dos fatos e prefigura as suas ‘concatenações’ recíprocas em forma de configurações ou de séries”. Novamente, a experiência e a tradição do conhecimento serão os motores que irão proporcionar o discernimento ao historiador sobre o fato relevante a ser trabalhado.

Destacamos certa precaução no ponto que julgamos das produções atuais que tomam por base aquele irracionalismo, mencionado anteriormente, e certa relativização e nivelação por baixo, das questões em que se atribui a tudo ser relevante para a investigação histórica, em tese, dificultaria o trabalho do historiador. Mas se partirmos para uma reflexão honesta de diferenciação entre o que é curiosidade e importância individual e fôssemos

tomados pelo espírito coletivo, reduziríamos significativamente esse número excessivo de que tudo é importante para uma investigação historiográfica.

Diante dessa advertência, devemos acossar entre o que vem a ser a chamada história singular e a história tradicional, partindo da ideia destacada por Remo Bodei (2001, p. 15) quando expressa:

[...] o vocábulo história (estórias, istorie, da raiz indoeuropeia wid-, + weid, “verdere”, “ver”) designa uma “indagação”, em forma de narração, sobre fatos que se pressupõem ocorridos e que vêm confiados à memória ou a documentos.

Com efeito, historicizar significa problematizar através da narrativa. Sendo assim, a singularidade histórica não pode ser um elemento a ser levado ao extremo como muitos críticos dos discursos buscam desqualificar. Ricoeur (2010, p. 40) no tomo I de *Tempo e narrativa* nos adverte:

Toda narrativa não é contada como se tivesse acontecido, como comprova o uso comum dos tempos verbais do passado para contar o irreal? Nesse sentido, a ficção tomaria empréstimos da história tanto quanto a história toma empréstimo da ficção. É esse empréstimo recíproco que me autoriza a formular o problema da *referência cruzada* entre a historiografia e a narrativa de ficção.

Dessa maneira, nessa referência cruzada é que tanto o literato como o historiador se intersectam nas suas produções narrativas, todavia, em outros momentos se distanciam, pois, um irá se apegar mais à sua imaginação e o outro às suas fontes historiográficas. Assim, tanto o ficcionista quanto o historiador estarão sendo “honestos” nas suas construções quando se atentam para os caminhos construtivos de interpretação e quando reconhecem que dentro da formação de qualquer ideia ou formulação interpretativa temos de atender ao princípio básico da análise. Assim, deve-se examinar a particularidade, da particularidade, da particularidade, da fração da particularidade, como tem sido valorizado em produções historiográficas recentes, em que se justificam, por exemplo, através das referências discursivas da pós-modernidade que condenam análises de obras tais como *Era dos extremos: o breve século XX*, de Eric Hobsbawn, *Brasil uma biografia*, de Lilian Schwarcz e Heloisa Starling, por exemplo, pois não seriam possíveis para ninguém, devido à amplitude da análise e limitação humana. No entanto, como aprendemos nas discussões sociológicas de Webber, ilustramente, é preciso estabelecer algo palpável de verificação e de estudo. Portanto, formular uma espécie de “modelo” e a partir dele se desenvolver os estudos é algo possível

dentro dos estudos humanos. Do contrário, é cair nos relativismos recheados de impressões e achismos de objetos fragmentados e, muito das vezes, desarticulados.

Convém ressaltar que, ao conceito ou ideia de estudo se resguarda certa estagnação, para que se possa ter método de análise. As contradições existem, no entanto, não há como se absorver todas as contradições e as particularidades dos fatos históricos ou mesmo do fenômeno histórico. É ingenuidade e despreparo pensar que há essa possibilidade. Se isso fosse possível, teríamos que desqualificar os grandes historiadores como Hobsbawm, Thompson, Le Goff, Duby, Ginzburg, Flamarion Cardoso, Sérgio Buarque, Teresinha Queiroz, entre outros.

### **As narrativas e os seus sentidos**

Com base nas problematizações levantadas, acreditamos que devemos nos furtar daqueles que defendem essas singularidades excessivas que nada acrescentam ao conhecimento histórico e, principalmente, ao debate. É preciso ter uma postura, como destaca Jacques Rancière (2014, p. 138), em *Os nomes da história*, ao pontuar que “[...] esse tumulto que prende a nova história diante de seu início impossível: a desordem democrática da palavra nascida do vazio e da legitimidade real abolida”. É diante desse tipo de retórica vazia que a confiabilidade do discurso histórico é discutível. O que tem nos salvado diante dessa hegemonia de retórica vazia é que, do tabuleiro das ideias, o jogo não se encerrou, devido às peças e às jogadas tradicionais que ainda se fazem presentes e buscam possibilitar a retomada da dinâmica das jogadas sem maiores prejuízos.

Ainda sobre essas construções historiográficas que tornam o discurso histórico pouco ou nada confiável, aproveitaremos os esboços de *uma poética do saber* formulada por Rancière, ao se lançar na observância das novas construções, e o que não se poderia deixar de atender, o autor destaca:

[...] é que a história pôde cumprir com sucesso a tarefa impossível de articular em um único discurso um triplo contrato: um contrato científico que obriga a descobrir a ordem oculta sob a ordem aparente, substituindo a escala dos pesos e das grandezas visíveis da política pelas correlações e pelas contas exatas de um processo complexo; um contrato narrativo que manda inscrever as estruturas desse espaço oculto ou as leis desse processo complexo nas formas legíveis de uma história que comporta início e fim, personagens e acontecimentos; um contrato político que une o invisível da ciência e o legível da narração às imposições contraditórias da era das massas – as grandes regularidades da lei comum e os grandes tumultos da democracia, as revoluções e as contrarrevoluções; o segredo escondido das



multidões e a narração legível para todos e ensinável a todos de uma história comum. (RANCIÈRE, 2014, p. 13-14).

Assim, ao articular essas três linhas na ação discursiva historiográfica, o historiador deve, simultaneamente, estabelecer-se nos parâmetros de método de pesquisa e análise do conteúdo para poder “revelar” o que se faz aparentemente oculto, desenvolver uma linha de construção interpretativa condizente com o que se espera dele, sem estabelecer “invenções” que venham, a rigor, indicar uma linha ficcionalizadora do fato histórico, como também, estar consciente do micro-poder dado a ele na produção discursiva, e isso gera uma responsabilidade coletiva, pois se concebem linhas interpretativas que irão se somar a outras dentro do imaginário social-histórico. Diante desses elementos, o historiador terá de desenvolver seu trabalho sem se furtar a nenhuma dessas observações.

Esses procedimentos, que podem ser vistos por alguns como um apego a velhas tradições de estudos historiográficos, apresentam mais uma vez o questionamento: “Essas tradições funcionariam realmente como referências ou como parâmetros limitadores de abordagem histórica?” Nesse sentido, convidaremos Bodei (2001, p. 26-27) para outra parte do nosso diálogo, quando ele nos diz: “Devemos a Giovan Battista (Giambattista) VICO a descoberta que a lógica interna dos acontecimentos não é ditada somente pela razão. Está em jogo a força da imaginação, que também obedece a leis, deveras mais ferrenhas e envolventes que as da razão”. Portanto, no trabalho do historiador não teremos apenas a razão como única companheira na sua elaboração, a imaginação estará presente, todavia essa imaginação não pode ser nutrida de especulações e suposições, mas, sim, de fundamentos advindos de observações, estudos, experiências e reflexões.

Esse aspecto é evidenciado a rigor em todas as abordagens, nos mais diferentes métodos, mesmo aqueles que tentaram anular essa presença do imaginário, como, por exemplo, no marxismo, nas abordagens da superestrutura, não são apenas os elementos objetivos dos elementos jurídicos, políticos que estão em voga, também estarão presentes os traços culturais inseridos no campo do imaginário. Sendo assim, o diálogo com o imaginário social exigirá maior traquejo do historiador para que ele não caia em ruínas e perca a confiabilidade que o discurso historiográfico exige diante da condição *sine qua non* que a sociedade a ele atribui.

É importante observar que, colocar o imaginário no trabalho historiográfico, não significa subjetivar os estudos e, menos ainda, ficcionalizar, pois até mesmo o imaginário é passível de “regimentos” que o orientam na sua condução para o desenvolvimento discursivo.

**Outros Tempos**, vol. 18, n. 32, 2021, p. 26-40. ISSN: 1808-8031

Diante disso, Gilbert Durand (2002) em *As estruturas antropológicas do imaginário* afirma que o imaginário/arquétipo não depende da historicidade, tampouco constitui algo inventado no sentido superficial que se apresenta. Mais adiante, ele destaca que:

As derivações históricas e sociais, tal como as derivações características ou sexuais, embora pareçam seguir o recorte estrutural do imaginário em regimes diferenciados, não legitimam, pelo seu determinismo específico, essa liberdade soberana que a imaginação humana manifesta no poder de alternar, no mesmo indivíduo ou na mesma sociedade, os regimes da imagem e as suas estruturas. As fases da imaginação individual ou os modos de expressão da imaginação coletiva, as possibilidades de inversão arquetípica, de “conversão” de um regime a outro põem em evidência a universalidade e a atipicidade, tanto psíquica como social, dos grandes arquétipos [...]. (DURAND, 2002, p. 392).

Acrescentamos também a ideia complementar de Remo Bodei (2001, p. 28):

Se a história tem um sentido, não é porque ela deriva de uma lógica racional interna aos acontecimentos, mas porque a eles vem imposta a ordem da imaginação, depois progressivamente estabilizada e “racionalizada” mediante ulteriores mitos, ritos, fórmulas jurídicas e obrigações morais.

Diante dessas duas passagens, percebemos como o imaginário não é algo aleatório, desprovido de qualquer relação que possa de maneira efetiva ser analisada sem cair em ostracismos e devaneios interpretativos, fruto do acaso. Assim, o historiador, ao se lançar com um olhar sobre a “fechadura” dos cômodos, nos séculos XVI e XVII, não vai apenas de posse de documentos e registros oficiais, menos ainda de suposições de olhares a partir do hoje sobre o passado. A investigação histórica, como faz Mary Del Priore (2011), em *Histórias íntimas*, se apega aos registros datados que possam norteá-la para a compreensão do imaginário da época, com base nos sentidos coletivos manifestados em diários, vestuários, notícias, como também do seu imaginário advindo dos longos anos de sua formação enquanto sujeito, enquanto historiadora. Podemos ilustrar essas observações em duas passagens iniciais da sua obra:

A noção de intimidade no mundo dos homens entre os séculos XVI e XVIII se diferencia profundamente daquela que é a nossa no início do século XXI. A vida quotidiana naquela época era regulada por leis imperativas. Fazer sexo, andar nu ou ter reações eróticas eram práticas que correspondiam a ritos estabelecidos pelo grupo no qual se estava inserido. Regras, portanto, regulavam condutas. Leis eram interiorizadas. E o sentimento de coletividade sobrepunha-se ao de individualidade. (DEL PRIORE, 2011, p. 13).

Em outro momento:

Entre nós, o âmbito da higiene íntima feminina, de difícil pesquisa histórica, foi brevemente abordado pelo poeta baiano Gregório de Matos. No fim do século XVII, ele escreveu sobre a carga erótica do “cheiro de mulher”. Sim, cheiros íntimos agradavam: o do almíscar era um deles. O poeta criticou uma mulher que se seduzira por lavar a vagina antes do ato sexual, maldizendo as que queriam ser “lavadeiras do seu cu”. Certa carga de erotismo dependia do equilíbrio entre odor e abluções, embora houvesse muitos, como Gregório de Matos, o Boca do Inferno, que preferissem o sexo feminino recendendo a “olha” e sabendo o “sainete”. (DEL PRIORE, 2011, p. 21-22).

Nessas duas passagens, observamos a sua experiência enquanto historiadora e as leituras realizadas, que as mostram consciente dos contextos, dos séculos XVI e XVII, e as levam à segurança nas afirmações, como as leis coletivas em torno da intimidade e das questões eróticas. Não havia tanta abertura e, menos ainda, estímulos para se ter liberdades públicas. Em busca dessa intimidade mais restrita, a autora se baseia no poeta Gregório de Matos para encontrar argumentos que fundamentem a questão do “cheiro de mulher” como algo atrativo para os homens diante do imaginário masculino dos séculos XVI e XVII. A confiabilidade da narrativa desenvolvida por Del Priore ocorre porque ela está devidamente fundamentada não só teoricamente como nos contextos dos séculos passados, mas também resguardada na composição do seu imaginário, enquanto historiadora, em que reconhece os limites, a seletividade e o que de fato é permitido nas suas abordagens, mesmo em intimidades de quatro ou cinco séculos atrás.

Assim, essa questão da confiabilidade da narrativa com a utilização do imaginário social da época constitui uma linha tênue em que o historiador deve se atentar na promoção dos diálogos entre a fonte, os contextos, o imaginário da época, suas experiências e seu conhecimento histórico. Podemos também associar esses parâmetros constitutivos do trabalho histórico com a ideia de Paul Ricoeur presente em seus tomos de *Tempo e narrativa* (I, II, III). Para não nos estendermos muito, podemos ilustrar em uma de suas ideias de como seria essa constituição da confiabilidade diante do processo *escritural* histórico. Ele nos diz:

Não existe uma realidade histórica já pronta antes da ciência, que apenas conviria reproduzir com fidelidade [...] só é um fato histórico em virtude do conjunto de intenções, motivos e valores que o incorpora a um todo inteligível. A partir daí, as diversas reconstruções nada mais fazem senão acentuar o corte que separa a objetividade, a que almeja o trabalho de compreensão, da experiência viva não repetível. (RICOEUR, 2010, p. 161).

Ademais, ter consciência da fragilidade da confiança no trabalho atribuído socialmente ao historiador é algo que em nenhum momento pode se deixar de lado. Produzir revisionismos históricos a partir das concepções daqueles que se encontram em determinado momento histórico à frente de um poder político, militar de um Estado é algo que no mundo ocidental não cabe mais. O valor da liberdade é o bem maior, não só do ponto de vista individual, mas, principalmente, social. Sendo assim, a escrita historiográfica não deve sofrer sanções, muito menos banalizações na sua produção. Precisamos discernir bem os modos e as nossas atuações dentro do campo de produção de conhecimento histórico e perceber algumas especificidades das escrituras historiográficas.

Haden White não comete nenhuma heresia ao relacionar o trabalho do historiador com o do literato a partir da experiência narrativa, como bem observa Jörn Rüsen no texto “Narração histórica: fundações, tipos e razão” ao analisar as obras de White. Para ele, Haden White parte da narração como “um processo de *poiesis*, de fazer ou produzir uma estrutura de experiência temporal tecida de acordo com a necessidade de orientar-se no curso do tempo” (RÜSEN, 2016, p. 47). Sendo assim, o que não podemos deixar de considerar é que a feitura do texto literário não é só tecida de imaginação, o autor, também, assim como o seu texto, é fruto do seu tempo, das suas observações, da sua vivência, *tempora mutantur et nos in illis*<sup>2</sup>. O produtor do texto retira do seu meio os elementos que irão compor a sua trama, a sua poeticidade. Ninguém cria nada do nada, e nem tudo é só imaginação. Há elementos das suas experiências na sua escrita. O historiador não é diferente, pois ele também não é só fruto de observações, mas de imaginação também. Então, o grau de confiabilidade atribuído aos dois é o mesmo, os mundos como são apresentados é que os diferenciam, sem, com isso, deixarem de perder de vista a necessidade de ser críveis, para poderem ser consideradas as formas narrativas de cada um.

Nesse ponto, Bodei (2001, p. 66) afirma que “[...] toda história é ‘colocada num enredo’ de acontecimentos, numa narrativa. Mas ela é *carregada de teoria*, de concepções filosóficas implícitas que condicionam a estrutura e o sentido”. Portanto, algumas das diferenciações entre as narrativas também se encontram nesses carregos teóricos. Assim, enquanto o literato usufrui da tradição literária, das técnicas para atingir efeitos na sua narrativa, o historiador irá utilizar-se do conhecimento historiográfico redigido por outras experiências, em outros momentos, para a realização das suas abordagens, sem, com isso,

---

<sup>2</sup> O tempo muda e nós mudamos com ele.

valer-se apenas do raciocínio puro, pois, como nos adverte Carlo Ginzburg em *O juiz e o historiador*:

[...] não é verdade que só se possa fazer história com os acontecimentos do passado, já decantados das paixões, dos interesses e da imediação dos protagonistas. É possível e lícito também uma *história do presente* na qual se está envolvido, desde que subsistam “provas”. (GINZBURG apud BODEI, 2001, p. 67).

Assim, outro elemento diferenciador é que o literato pode ficar restrito apenas às provas que ele imagina, enquanto o historiador não pode se furtar delas, no entanto, o uso da imaginação reveladora dentro de cada especificidade para as narrativas será permitido por ambos, *historia magistra vitae*<sup>3</sup>.

Ao recorrer aos três grandes historiadores latinos, Salústio, Tito Lívio e Tácito, percebemos, a partir deste momento, a pretensão de uma escrita mais objetiva da história, a aproximação com aspectos literários, todavia, dentro dos limites necessários: “[...] os antigos encaravam o gênero historiográfico como parte da literatura, baseado em fatos (gesta), mas visando à fruição dos leitores e à formação ética das pessoas” (FUNARI; GARRAFFONI, 2016, p. 109). Portanto, essa aproximação com os aspectos literários nem constitui uma novidade no nosso cenário historiográfico moderno ou pós-moderno, como também, nada visto como danoso, o que alguns podem apregoar. Todavia, ressaltamos que, desde a historiografia antiga, podemos dizer assim, os limites de composição narrativa entre o histórico e o literato já estavam sendo devidamente respeitados.

Com essa feitura, foram desenvolvidas as formas narrativas históricas de Salústio, Tito Lívio e Tácito. Assim, podemos tomar a configuração dessas escritas ilustrando as observações feitas acerca das produções de Lívio:

[...] sua prosa é escrita em um estilo ciceroniano, fluído, com frases longas que alteram, muitas vezes, a narrativa com discursos dos personagens [...], Quintiliano, que defendia sua escrita como *lactea ubertas*, ou seja, um estilo fluído. Mesclaria, portanto, fluidez do latim escrito em frases longas com um vocabulário poético cheio de figuras de linguagem. (FUNARI; GARRAFFONI, 2016, p. 78-79).

A preocupação da fluidez dos textos históricos não estava atrelada apenas em relação a desenvolver o que hoje poderíamos tomar como beletismo, o desejo era fazer ser compreendido por todos aqueles que tivessem acesso aos textos não só naquele momento

---

<sup>3</sup> A história é mestra da vida.

**Outros Tempos**, vol. 18, n. 32, 2021, p. 26-40. ISSN: 1808-8031

presente, mas leitores futuros. Ter uma escrita marcada por figuras de linguagem e, possivelmente, torná-la simbólica, não significaria deixar de ter compromisso com o fato histórico em si, nem com as fontes/documentos que levavam a sua compreensão, menos ainda possibilitar o denominado hoje invencionismo histórico.

Diante de toda essa exposição, nos aproximamos das ideias formuladas por outro historiador latino, Tácito, expostas por Pedro Funari e Renata Garraffoni (2016, p. 109):

Tácito (*Anais*, 3, 65) propõe que a mais importante função da História é não deixar ações valorosas sem lembrança e levar à reprovação da posteridade as más ações e palavras:

*Exequi sententias haud institui nisi insignis per honestum aut notabili dedecore, quod praecipuum munus annalium reor ne uirtutes sileantur utque prauis dictis factisque ex posteritate et infamia metus sit.*

Meu objetivo não é relatar em detalhe tudo, mas apenas o que se destaca pela excelência ou é notório pela infâmia. Considero esta ser a maior obrigação dos anais da História: não deixar ações valorosas sem comemoração e propagar o temor da reprovação por toda a posteridade das más palavras e ações.

Essas considerações feitas por Tácito entre os anos 111 e 123 nos atualizam muito sobre a nossa condução historiográfica, que não pode deixar de evidenciar o sentido da aprendizagem com o passado, para que possamos agir no presente e no futuro. Menos ainda, termos a perda da confiabilidade do discurso histórico a nós atribuídos e que devemos honrar, mesmo em um mundo tão desconfigurado e superficial como o de hoje. Atualizar o presente pelo passado não é sinônimo de retrocesso, mas de profundo meio de estabelecimento de sentido pela história.

### **Considerações reflexivas**

Ratificamos que o intuito das nossas discussões, no tocante à problematização da produção narrativa historiográfica, não foi de simplificarmos os pontos mencionados como irracionalismo, relativismos de ideias e produções historiográficas, produção de discurso histórico desvinculado de sentido, entre outros pontos. O proposto foi refletir sobre algumas conduções de interpretações com plausibilidades que somadas às experiências do sujeito, enquanto historiador que investiga, analisa e dialoga com documentos e fontes, asseguram confiabilidade na sua produção narrativa. Algo que torna de alguma maneira relevante as abordagens diante dessa aproximação, muitas vezes, mais ficcional do que análise histórica de determinado fato sócio-histórico no nosso contexto contemporâneo.

**REFERÊNCIAS**

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Tradução Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa Da Moeda, 1998.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução Eudoro de Sousa. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 1990. (Série Universitária. Clássicos de Filosofia).
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Tradução de Reginaldo Di Piero. Bauru (SP): Edusc, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. *Historiografia: Salústio, Tito Lívio e Tácito*. Campinas, SP: Unicamp, 2016.
- GIGLIOLI, Daniele. *Crítica da vítima*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2016.
- PLATÃO. *República*. Tradução de Enrico Corvisieri. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.
- RANCIÈRE, Jacques. *Nomes da história: ensaio de poética do saber*. São Paulo: Unesp, 2014.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa, tomo I*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa, tomo II*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa, tomo III*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- RICOEUR, Paul. *O si mesmo como outro*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- RÜSEN, Jörn. Retórica e estética da história: Leopold von Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História e narrativa: a ciência e arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 85-104.